**VULNERABILIDADE SOCIAL E O IMPACTO NAS FALTAS E
EVASÕES ESCOLARES:
um estudo em um município mineiro de pequeno porte**

Lidiane Maria Bonifácio Marques*

Ione Aparecida Neto Rodrigues**

RESUMO

Presente trabalho visou compreender quais são os motivos de infrequência e evasão escolar de crianças, adolescentes e jovens, no contexto da vulnerabilidade social familiar em um município de pequeno porte do interior de Minas Gerais. Como metodologia foi utilizado dados de um relatório disponibilizados pelo Ministério da Cidadania, emitido pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, Departamento de Condicionalidades do ano de 2015 a 2019. Estes dados foram analisados qualitativamente e ressaltados as informações mais pertinentes ao decorrer deste período. Por fim, foi concluído que os principais motivos de evasão e infrequência escolar de crianças/adolescentes e jovens são problemas de saúde, prejuízo na qualidade de comunicação entre a instituição de ensino e a família; além de problemas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Evasão Escolar, Infrequência Escolar, Vulnerabilidade Social, Bolsa Família

ABSTRACT

This work aims to understand what are the reasons for infrequency and school dropout of children, adolescents and young people, in the context of family social vulnerability in a small city in the interior of Minas Gerais, considering quantitative data. As methodology was used quantitative data report provided by the Ministry of Citizenship, issued by the National Secretariat of Citizenship Income - SENARC, Department of Conditionalities - DECON, from 2015 to 2019, these data were analyzed qualitatively and the most relevant data were highlighted during this period. Finally, it was concluded that the main reasons for school dropout and infrequency among children-adolescents and young people are health problems, impairment of the quality of communication between the educational institution and the family; in addition to social problems.

KEYWORDS: School Dropout, School Infrequency, Social Vulnerability, Bolsa Família

* Graduanda em Psicologia na Faculdade Ciências da Vida; Sete Lagoas, MG

E-mail: marqueslidi50@yahoo.com.br

**Coordenadora Pedagógica- Faculdade Ciências da Vida; Sete Lagoas, MG

E-mail: ionerodrigues0912@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade social apresenta grande impacto no contexto escolar de crianças e adolescentes. Na realidade brasileira muitos programas e projetos foram desenvolvidos para sanar esta lacuna. Crianças e adolescentes muitas vezes iam para escola apenas para realizar uma alimentação ou evadiam para auxiliar com trabalho e renda a suas famílias. Diante desse fato, muitos adultos, hoje, apresentam baixa escolaridade, dificuldade de inserção e permanência no mercado de trabalho.(PNAS, 2004).

Partindo dessa realidade, essa investigação partiu da seguinte questão norteadora: Quais são os motivos da evasão e infrequência escolar de crianças, adolescentes e jovens que são marcados pela vulnerabilidade social em um município de pequeno porte no interior de Minas Gerais? Pressupõe-se que crianças e adolescentes que vivem em famílias marcadas pela carência de moradia, alimentação, renda, acesso a serviços e trabalho, se tornarão excluídos socialmente e academicamente. Aqueles ainda que vivem em um município de pequeno porte terão reforçadas essas características marcando a exclusão social dos mesmos.

A partir dessas conjecturas, desenvolveu-se essa pesquisa que teve como objetivo geral compreender quais são os motivos que causara a infrequência e evasão escolar de crianças, adolescentes e jovens, no contexto da vulnerabilidade social familiar em um município de pequeno porte do interior de Minas Gerais. Para o alcance desse objetivo, foi necessário, como objetivos específicos, descrever o índice de frequência e evasão escolar, as características socioeconômicas da população de crianças-adolescentes e jovens que vivem no município de Santana de Pirapama/MG; avaliar os aspectos que influenciam a evasão e frequência escolar dessas crianças, adolescentes e jovens; e, demonstrar como a participação no programa Bolsa Família impactam nos dados escolares dessa mesma população.

Como referencial teórico foi realizado uma pesquisa sobre a conceituação do que é vulnerabilidade até a compreensão do que é vulnerabilidade social, atualmente. Ponto importante a se trabalhar, pois com base na literatura, o conceito que temos hoje de vulnerabilidade é bem distinto do que era há décadas atrás. Após esta conceituação, foi desenvolvido um estudo sobre o Programa Bolsa Família, o público que ele atende e a justificativa para a execução deste programa em todo território nacional. Para contextualizar o território e a amostra em que foi realizado o estudo, foi escrito uma breve história do município de Santana de Pirapama, em Minas Gerais.

Por fim, foram utilizados dados do Programa Bolsa Família do Município de Santana de Pirapama, nos anos de 2014 a 2019. Assim pôde-se analisar a quantidade de faltas e evasões escolares no decorrer deste período, comparando os dados ao decorrer do período proposto. Desta maneira, foi realizado um estudo longitudinal com base nestes dados, comparando então estes ao decorrer dos anos.

Este trabalho é importante, uma vez que, apresenta informações pertinentes sobre a falta e evasão escolar de crianças e adolescentes no município de Santana de Pirapama, proporcionando um diagnóstico atualizado, com fidedignidade sobre esta realidade. Estudo este que também pode ser utilizado como referência para apontar implantação de políticas públicas para a redução desse quadro para essa população.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceituando Vulnerabilidade e Vulnerabilidade Social

Compreende-se como vulnerabilidade a vivência de uma situação de risco pela qual pessoas e/ou comunidades estão vivenciando; aponta para uma situação de fragilidade, seja por motivos sociais, econômicos, ambientais, tornando as pessoas mais vulneráveis ao que possa advir dessa exposição. A vulnerabilidade, como conceito, apresenta alterações no decorrer do tempo, sendo seu estudo iniciado no âmbito da saúde e ampliado e remodelado na assistência social (SCOTT, PROLLA, SIQUEIRA e PEREIRA, 2018). Segundo Figueiredo e Noronha (2008), o conceito de vulnerabilidade surgiu a partir da percepção das minorias. Minorias são grupos de não dominância em uma sociedade. (FIGUEIREDO, NORONHA, 2008, apud VITORIA, 2008). No entanto, é observado que a vulnerabilidade nem sempre se encontra nesse grupo social. Pode-se existir um grupo que apresenta uma maioria em relação a quantidade numérica, no entanto apresenta-se vulnerável em comparação a outro grupo. Pode-se se dar como exemplo, no contexto brasileiro, em relação a pirâmide de classes, as classes com menor poder econômico possuem maior vulnerabilidade em acesso a serviços, qualidade de vida, acesso à educação e alimentação de qualidade.

Figueiredo e Noronha (2008, p. 131) vinculam a ideia de vulnerabilidade a precariedade, ao citar a Revista de Direitos e Garantias Fundamentais (2008):

Vulnerabilidade é o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidade sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para

o desempenho e mobilidade social dos atores. (FIGUEIREDO; NORONHA, 2008 p.131)

Conforme Scott, Prola, Siqueira e Pereira (2018) o conceito de vulnerabilidade surgiu na década de 80, em uma conjuntura de saúde. Em um contexto de epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), a probabilidade de exposição de uma pessoa a infecção através vírus HIV, a pessoa vulnerável estaria mais pré-disposta ao contágio com o vírus.

O estudo do termo vulnerabilidade social apontou para a impossibilidade do sujeito em modificar a atual situação em que se encontra no campo social e socioeconômico. Diante dessa condição, famílias são identificadas como vulneráveis por estarem fragilizadas e suscetíveis a fatores de risco, tais como falta de alimentação, moradia, educação, dentre outros. Esses fatores dificultam o desenvolvimento biopsicossocial da família, como também a estabilização financeira, por falta de possibilidades de se estabelecerem no mercado de trabalho e pela precariedade nas condições de moradia (SILVA, RAPOPORT, 2013).

No âmbito da Assistência Social, principalmente na Política de Assistência Social de 2004, e na Constituição de 1988, em que estipula a Assistência Social como um pilar da seguridade social, o conceito de vulnerabilidade social se apresenta além do contexto de pobreza. Na Constituição Brasileira de 1988, em seu art. 3º estabelece objetivos fundamentais que revelam a noção de justiça social destacando a redução das desigualdades sociais e regionais, apontando para o direito à igualdade. Nessa lei as proteções de certos grupos que vivem em situação de marginalização social ou vulnerabilidade social devem ser foco de proteção do Estado, reduzindo as diferenças entre os diversos grupos sociais no país.

2.2 O Programa Bolsa Família como redutor da Vulnerabilidade Social

O Programa Bolsa Família teve origem no Governo Lula e foi regulamentado por meio de uma medida provisória nº 132, que foi convertida na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 (BRASIL,2018). O programa apresenta como pilar o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social; a proteção social não contributiva; proteção social à família; intersectorialidade; gestão descentralizada; e a inclusão social. (BRASIL,2018)

Tal programa apresenta ainda ramificações em diversas esferas para enfrentar a vulnerabilidade social e financeira, considerado um fenômeno complexo, que necessita de diversos braços para abarcar a complexidade das dificuldades sociais e econômicas presentes em grande parte da população brasileira. Desta maneira, o programa está entrelaçado com condicionalidade da educação e da saúde. (BRASIL,2018)

Para contextualizar com mais clareza, o Programa Bolsa Família trabalha com a transferência de renda, para pessoas ou famílias que não apresentam condições financeiras mínimas de subsistência. Para uma família, que possui crianças e adolescentes em idade escolar, para a contemplação deste benefício é necessária que as crianças e adolescentes estejam matriculados e frequentes na escola, além de estarem com a pesagem e vacinas em dia. Desta maneira, o governo consegue contemplar várias esferas ligadas a vulnerabilidade, como a dificuldade de acesso a serviços, a escolarização e a saúde.(PNAS,2004).

Nesse estudo podemos compreender melhor o aspecto que diz respeito à educação, já que, a escola também pode sofrer com as dificuldades produzidas pela sociedade que exige formação específica de seus integrantes, que retrata a organização social e julga cada indivíduo a partir de sua inserção no contexto, espaço onde se possibilita o desenvolvimento de habilidades, saberes, conceitos, entre outros.

A educação é um direito social adquirido na Constituição Federal, porém no Brasil a baixa escolaridade é um indicador entre as razões que leva os indivíduos à pobreza extrema e à vulnerabilidade social. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a educação gratuita é um direito de todas as crianças com o objetivo de prepara-las para o exercício da cidadania, a permanecerem na escola e a serem respeitadas pelos educadores, com acesso igualitário para todos educandos na promoção de programas e benefícios (BRASIL, 1990). A escola é uma das instituições mais importantes na vida de uma pessoa, já que faz parte de seu processo de desenvolvimento desde os primeiros anos de vida da criança até o início da vida adulta (FREIRE; AIRES, 2012), sendo uma das principais instituições que podem possibilitar a redução da desigualdade social.

2.3 A Realidade Socioeconômica do Município de Santana de Pirapama – MG

O município de Santana de Pirapama, teve início como distrito, em 1834, fundada à margem do Rio da Velhas, localidade denominada de Traíras. (IBGE, 1959) O distrito de Traíras pertenceu ao município de Curvelo até 1938, posteriormente passou a pertencer ao município de Cordisburgo. Em 28 de dezembro de 1948, com a Lei nº 336, o distrito foi emancipado e passou a ser denominado de Santana de Pirapama. (IBGE, 1959)

Ainda segundo IBGE (1959), a nomenclatura do município se deu por meio da junção do nome da padroeira da cidade e Pirapama; sendo Pirapama o nome que se dá a um peixe bravo, conforme cultura indígena. Tal nomenclatura também foi influenciada pela cultura da região de nomear os municípios com nomes de peixes.

Em relação a sua localidade, Santana de Pirapama encontra-se em Zona Metalúrgica do estado mineiro (IBGE, 1959), com área de 1.255,832km² (IBGE, 2019).

De acordo com o último censo de 2010, foi contabilizado uma população de 8.009 habitantes no município, apresentando uma estimativa populacional para o ano de 2020, de 7.589 habitantes. Índice que apresenta uma estimativa decrescente populacional no município. Sugerindo que há uma tendência de êxodo do município maior que a imigração para o mesmo. Situação que mostra-se preocupante, visto que há uma maior tendência de saída dos habitantes desta localidade, de não permanecer no município.

Desta maneira o referido município é considerado uma cidade de Pequeno Porte I, ou seja, um município até com 20.000 habitantes, segundo a NOB-RH (2006, p.14). Assim, segundo este instrumento, ao considerar a avaliação da quantidade de habitantes por município, Santana de Pirapama é caracterizado com a menor quantidade de habitantes dentro desta qualificação. A NOB-RH (2006) divide o porte dos municípios em Pequeno Porte I (de até 20.000 habitantes), Pequeno Porte II (menor de 25.000 habitante); e, Médio (25.000 a 100.000 habitantes), Grande (mais de 100.000 habitantes), Metrópole e DF (Distrito Federal)

Em relação ao trabalho e renda, de acordo com o censo IBGE - 2018, os trabalhadores formais receberiam em média de 1,9 do salário mínimo. Apresentando um percentual de 6,4% da população ocupada no município. Ou seja, 6,4% da população, durante um período de uma semana, trabalharam pelo menos uma hora e foram remuneradas.

Em relação ao programa Bolsa Família, o município no mês de setembro de 2020 apresentou 554 famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família, sendo 1.865 pessoas integrantes destas famílias, que são beneficiadas. (Ministério da Cidadania, 2020). Assim, ainda de acordo com o Ministério da Cidadania (2020) aproximadamente 24% da população total do município é beneficiada pelo programa. Ou seja, quase um quarto da população do município é beneficiada pelo programa. Sendo que 69% destes beneficiados estariam em extrema pobreza (Ministério da Cidadania, 2020).

3 METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto nessa pesquisa realizou-se uma revisão bibliográfica a respeito do conceito de vulnerabilidade até a concepção atual de vulnerabilidade social; posteriormente descreveremos o Programa Bolsa Família; uma contextualização breve sobre a história e realidade do município de Santana de Pirapama e por último, e não menos importante,

análise de dados da evasão e infrequência escolar nos últimos cinco anos de implementação do programa no município, do ano de 2015 a 2019.

Como amostra analisada, como já foi dito anteriormente, para alcançar as crianças-adolescente e jovens em vulnerabilidade social, foi utilizado as informações do Programa Bolsa Família, visto que tal programa apresenta um cadastro e beneficia pessoas ou famílias que não apresentam condições financeiras mínimas de subsistência, dando ênfase a criança-adolescente e jovens em idade escolar. Como condicionalidade para a família ser contemplada por este programa é necessária que as crianças e adolescentes estejam matriculados e frequentes na escola. Assim, dados deste programa subsidiará as informações qualitativas para alcançar o objetivo deste artigo.

Foi utilizado então alguns dados ao decorrer de cinco anos de implementação do Programa Bolsa Família no município de Santana de Pirapama. Por se tratar de uma análise de vários anos deste programa é considerado um estudo longitudinal. Ou seja, é estudar um processo ao longo de um tempo pré-determinado, como o intuito de investigar as mudanças sofridas nesse espaço temporal. (HOCHMAN, NAHAS, FILHO, FERREIRA, 2005)

Feito uma análise qualitativa para este estudo, esta análise apresenta uma base inicial para um possível diagnóstico social para o Município de Santana de Pirapama/MG. Ponto importante, já que, com base nestes dados será possível propor à rede socioassistencial do município a implantação de políticas públicas na realização de projetos de intervenção direcionada para o público com maior vulnerabilidade social local.

Os dados desta pesquisa foram colhidos através do acesso ao portal do IBGE (Instituto Brasileiro de Estatísticas), portal do MDS (Ministério de Desenvolvimento Social), Ministério da Cidadania - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, bem como em bancos de dados acadêmicos como *SciELO*, *BVS-Psi*, *Google Acadêmico* e Banco de Teses da Capes, já os dados para análise de dados foram coletado informações de um relatório denominado-Motivos da baixa frequência escolar emitido pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC, Departamento de Condicionalidades – DECON, disponibilizado pelo Ministério da Cidadania.

4 . ANÁLISE DE DADOS

Como foi elucidado no capítulo referente à Metodologia, para a coleta dos dados foi coletado informações de um relatório emitido pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC, Departamento de Condicionalidades – DECON. Tal relatório foi emitido no dia 15 de março do ano de 2021, às 15 hora, 15 minutos e 12 segundos. Foram analisados os dados

tais como os principais motivos das faltas e evasões de integrantes na idade escolar do Programa Bolsa Família, disponibilizados no sistema do ano de 2015 a 2019, sendo no total 5 anos de registro, mais especificamente dos meses de Fevereiro a Novembro. Estes dados são importante pois assim o estudo das vulnerabilidades sociais vivenciadas por esse público no município pode ser avaliado, podendo o município implantar ou mesmo ampliar a rede socioassistencial.

O relatório analisado é o denominado Motivo da baixa frequência escolar, coletado no dia 15 de março do ano de 2021, às 15 hora, 15 minutos e 12 segundos. O relatório emitido pelo programa divide o Programa Bolsa Família em dois grupos, BFA (Bolsa Família) e BVJ (Benefício Variável Jovem). O BFA apresenta a faixa etária de 6 a 15 anos e o BVJ de 16 a 17 anos; sendo, que o primeiro grupo precisa cumprir frequência escolar mínima de 85% e o segundo precisa cumprir frequência escolar mínima de 75%, segundo o Glossário do Sistema Presença, do Governo Federal para cumprir com a condicionalidade de ser beneficiário do programa.

Como o relatório descrito á cima, mostra-se bastante complexo de informações, foi analisado os dados considerados mais pertinentes na pesquisa, com maior discrepância de resultados ao decorrer dos anos. Em relação a um estudo longitudinal, ou seja, de resultados comparados do ano de 2015 a 2019, foi analisado a média de famílias acompanhadas essas que são acompanhadas pelo técnico responsável pelo serviço de vigilância e apoio as família, e analisado também a variação a infrequência escolar, tanto de crianças, quanto de jovens. Já em relação a dados pertinentes ao decorrer de cada anos especificamente foi analisado no ano de 2015: Os motivos de infrequência escolar de jovens, tanto no que se refere ao não descumprimento de condicionalidade, quanto ao descumprimento. No ano de 2019, foram analisados os mesmos dados, no entanto, diferentemente do ano de 2015, a amostra utilizada não tratou-se de jovens, mas sim de crianças.

Segundo o relatório a quantidade de crianças e adolescente, de 6 a 15 anos, dos anos de 2015 a 2019 beneficiados pelo programa apresentam-se inalterados; com uma quantidade de 731 crianças\adolescentes. Esta estabilidade também é verificada no público considerado jovem, de 16 e 17 anos de idade, com a quantidade de beneficiados 197. Desta maneira, ainda segundo este relatório a quantidade de crianças, adolescentes e jovens, em idade escolar, beneficiadas pelo programa são 928.

Ao analisar estes dados, percebe-se que há uma oscilação de famílias acompanhadas ao decorrer dos anos. Havendo entre o ano de 2015 a 2016 um aumento do número de famílias acompanhadas (aumento de 30,4). No entanto, nos anos posteriores há um decréscimo de

famílias acompanhadas; sendo uma diferença média do ano de 2016 para 2017 de 78,2 casos, de 2017 para 2018 uma média de 60 casos e de 2018 para 2019 uma média de 76,6 caso.

4.1 Infrequência escolar de crianças, adolescentes e jovens.

Ao analisarmos os dados relativos ao grupo de crianças e adolescentes ao decorrer dos anos mostra-se flutuante. A diferença entre o ano de 2016 para 2017, é de 15,6 pontos, ou seja, houve um aumento da infrequência escolar. Há também uma diferença de 27,4 pontos, do ano de 2017 a 2018; assim, há uma diminuição considerável de infrequência de uma no para o outro. O ano de 2018 para 2019 a um declínio de 6,5 pontos, havendo assim, um aumento da frequência escolar.

Já em relação aos jovens, com a idade de 17 a 18 anos, há um declínio da infrequência, ou seja, ao decorrer dos anos o público desta faixa etária tornou-se cada vez mais frequente academicamente. Os dados mais acentuados é a diferença do ano de 2017 para 2018, considerando assim uma queda de 11,8 pontos.

No ano de 2015 foi analisado os motivos de frequência e evasão escolar de jovens, entre 17 e 18 anos, situação que não foi considerada descumprimento de condicionalidade. Os motivos declarados foram: Conclusão do Ensino Médio (61%), Transferência em Andamento (1%), Benefício sem Matrícula (4%), Tratamento de Saúde (32%), A família não informou o motivo (1%) e Sem Acesso a transporte (1%).

Ao analisarmos os motivos de infrequência escolar que foram considerados descumprimento de condicionalidade de jovens, do mesmo ano anterior será retratado a seguir, com: Abandono Escolar (68%), Desmotivação pelos estudos (27%), A família não informou o motivo (4%) e Trabalho Formal (1%).

Os motivos de descumprimentos das condicionalidades do ano de 2019, deste mesmo público, foram por motivo de gravidez (33%), situação de rua (33%) e abandono escolar sem causa especificada (33%).

4.2 Principais motivos da infrequência e evasão escolar de jovens.

Ao analisarmos o relatório Motivo da baixa frequência escolar pode-se concluir que o principal motivo da infrequência escolar dos jovens foi à própria conclusão do ensino médio; posterior a isso, com quantidades também relevantes, foi a tratamentos de saúde, esses por apresentar atestados médicos. Já os motivos informados pelos pais, com menor relevância

foram à transferência escolar e falta de acesso ao transporte escolar. Fato importante a ser considerado, pois mostra que mesmo o município estudado sendo de pequeno porte, com sua extensão de território rural, não prejudica consideravelmente o acesso escola.

O principal motivo da evasão escolar no ano de 2015 foi o abandono escolar, apresentando um percentual de 68%, ou seja, os jovens evadem da escola sem nem dar justificativa para a escola. Assim deve-se pensar qual a relação que a escola está realizando com os jovens para tal atitude.

4.3 Principais motivos das faltas e evasão escolar de crianças e adolescentes

Ao analisarmos os motivos da infrequência escolar de crianças\adolescentes foram pontuados aqui os dados considerados mais relevantes, percebe-se que no ano de 2019, 83% das crianças e adolescentes, de 6 a 15 anos infrequentes academicamente, justificaram tal atitude por motivo de tratamento de saúde e os outros 17% por estarem em processo de transferência escolar. Assim a maior porcentagem de infrequência neste ano foi por motivos de saúde física.

Já os das evasões, deste mesmo público, foi por motivo de gravidez, situação de rua e abandono escolar sem causa especificada. Assim, 2|3, das evasões escolares foram por causas sociais.

Assim faz entender que existe uma maior probabilidade da infrequência escolar por motivos de saúde, no entanto para as evasões escolares, ou seja, o descumprimento das condicionalidades se faz por motivos sociais. Ponto importante para considerarmos a diferença entre estes dois públicos e até o desenvolvimento de possíveis estratégias para superação destas situações.

5 CONCLUSÃO

Com base no relatório analisado, Motivo da baixa frequência escolar (2015-2019), disponibilizados pelo Ministério da Cidadania, emitido pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC, Departamento de Condicionalidades – DECON podemos chegar a algumas conclusões sobre a infrequência e evasão escolar de crianças\adolescentes e jovens no Município de Santana de Pirapama-MG.

Referente ao acompanhamento técnico do Programa Bolsa Família, que segundo o relatório, mostra-se eficiente em relação às famílias beneficiadas pelo programa. Assim nos cinco anos analisados foram beneficiadas 928 famílias com pessoas em idade escolar, ou seja, 731 crianças\adolescentes e 197 jovens. No entanto, deve-se elucidar que estes dados se mostram inalterados ao decorrer os anos, tanto ao público Crianças e adolescentes (BFA) quanto dos jovens (BJV), o que traz um questionamento há respeito da fidedignidade dos resultados declarados.

No ano de 2015, foram analisados os motivos de infrequência e evasão escolar de jovens, entre 17 e 18 anos. Os motivos declarados de infrequência foram: Conclusão do Ensino Médio, Tratamento de Saúde, Transferência em Andamento, Motivos não declarados pela família, Beneficiário sem matrícula e Acesso ao transporte escola. Sendo que os dois principais motivos de infrequência escolar dos jovens, daquele ano, foram a Conclusão do Ensino Médio (61%) e Tratamento de Saúde (32%). Já os dois motivos com menor relevância foram: Acesso ao transporte escolar e Transferência em andamento. Fato relevante, visto que, pelo município ser considerado de pequeno porte, sendo seu maior território em perímetro rural, tal situação, não apresentou um dado relevante em comparação aos demais, na dificuldade de acesso a escola ou aos meios de transporte escolares.

Agora os motivos que levaram a evasão escolar ou o descumprimento das condicionalidades no ano de 2015 foram: Abandono Escolar (68%), Desmotivação pelos estudos (27%), A família não informou o motivo (4%) e Trabalho Formal (1%). Sendo o principal motivo o abandono escolar, ou seja, o jovem saiu da instituição de ensino sem ele ou um familiar declarar o motivo de sua saída. Dado que faz refletir como está o diálogo entre a instituição de ensino versus o jovem e sua família. Outro ponto também à respeito do prejuízo da comunicação é ter 4% das evasões escolares destes jovens sem a família justificar o motivo. Assim, diferente do abandono escolar, a escola buscou contato com a família a mesma não informou o motivo.

No ano de 2019, 83% das crianças e adolescentes justificaram tal infrequência por motivo de tratamento de saúde; e, os outros 17%, por estarem em processo de transferência escolar. Já os motivos que levaram a evasão escolar destes foram: Gravidez (34%), Situação de Rua (33%) e Abandono escolar sem justificativa (33%). Estes dados fazem refletir sobre dois pontos: o primeiro é que em linhas gerais os principais motivos de evasão de crianças\adolescente são os problemas sociais; aqui retratados pela gravidez na adolescência e situação de rua. O segundo ponto refere-se novamente, a qualidade do diálogo existente entre a escola e as famílias destas crianças.

Assim, conclui-se que pelo município de Santana de Pirapama, ser um município de pequeno porte, com sua maior extensão territorial ser em área rural não influencia negativamente a frequência e evasão escolar de crianças-adolescentes e jovens no município. No entanto, problemas de saúde, prejuízo na qualidade de comunicação entre a instituição de ensino e a família; além de problemas sociais como gravidez na adolescência, situação de rua, e motivos de doenças foram considerados os principais motivos de vulnerabilidades sociais que impactam na infrequência e evasão escolar no município.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Manual do Pesquisador: Programa Bols Família**. 1² edição. 2018

Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/manual_do_pesquisador_gestao_bolsa_familia_semlogo.pdf

Acesso em: 01 de outubro de 2020.

BRASIL, **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília: 2004

FIGUEIREDO, Ivanilda; NORONHA, Rodolfo Liberato de. **A vulnerabilidade como impeditiva/Restritiva do desfrute de direitos**. In. Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, p.129-146, 2008.

FREIRE, A. N.; AIRES, J. S. **A contribuição da psicologia escolar na prevenção e no enfrentamento do bullying**. Psicologia Escolar e Educacional, Maringá, v. 16, n. 1, p. 55-60. 2012. Disponível em: < <http://repositorio.observatoriodocuidado.org/handle/handle/479>>. Acesso em: 21 de maio de 2018.

GALVÃO, P.; MARINHO, C. M. A. **Psicologia Escolar em ONGs: Desafios Profissionais e Perspectivas Contemporâneas de Atuação**. p. 467-476, 21 v., Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, 2017.

HOCHMAN, Bernardo, NAHAS, Fabio Xerfan, FILHO, Renato Santos de Oliveira, FERREIRA, Lydia Masako Ferreira. **Desenhos de pesquisa**. Acta Cirúrgica Brasileira, v. 20, 2005.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume I. Rio de Janeiro: 1957

SCOTT, Juliana Beck, PROLA, Caroline de Abreu, SIQUEIRA, Aliene Cardoso; PEREIRA, Caroline Rubin Rossato. **O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no tritiva do desfrute de direito.** In. Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, v.24, n.2, p.600-615, 2018.

SILVA, Dirceu da; LOPES, Evandro Luiz; JÚNIOR, Sérgio Silva Braga. **Pesquisa Quantitativa: Elementos, Paradigma e Definições.** Revista de Gestão e Secretariado, São Paulo, v. 5, n. 1, 2014.

SILVA, S. B. da; RAPOPORT, A. **Desempenho escolar de crianças em situação de vulnerabilidade social.** Revista educação em rede: formação e prática docente, 2013, [S.l.], v. 2, n. 2, abr. 2013. ISSN 2316-8919. Disponível em: <<http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/educacaoemrede/article/view/410>>. Acesso em: 22 de maio, 2018.

SILVA, Lourdes Helena da; MORAIS, Teresinha Cristiane de; Bof, Alvana Maria. **A Educação no Meio Rural do Brasil: Revisão da Literatura.** In. BOF, Alvana Maria. (Organizadora). A Educação no Brasil Rural. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.